



PROGRAMA BRIGADAS ESCOLARES DEFESA CIVIL NA ESCOLA

RELATÓRIO ANUAL – 2022

COORDENADOR ESTADUAL DA DEFESA CIVIL

Cel. BM Fernando Raimundo Schunig

COORDENADOR EXECUTIVO DA DEFESA CIVIL

Cel. BM Adriano de Mello

COORDENAÇÃO ESTADUAL PEDAGÓGICA

Maj. BM Daniel Lorenzetto – CEDEC/PR

Prof.^a Ivy Priscila Cassimiro Nair – SEED/PR

Prof.^a Juliana Corrêa Cajueiro Saldanha – SEED/PR

COORDENAÇÃO ESTADUAL DE EDIFICAÇÕES

1º Ten. BM Joyce Andressa de Oliveira Saboia – CEDEC/PR

Eng. Civil Sérgio Luiz Soto – FUNDEPAR/PR

Téc. Adm. Giovani Pizzaia – FUNDEPAR



SUMÁRIO

1 TÍTULO.....	3
2 APRESENTAÇÃO	3
3 RELATÓRIO.....	4
3.1 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA QUANTO AOS EIXOS BASILARES....	4
3.1.1 Formação e Capacitação de Brigadistas Escolares.....	4
3.1.2 Execução de exercícios simulados de abandono emergencial da edificação escolar.....	5
3.1.3 Adequação das instalações físicas das instituições de ensino estaduais ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.....	6
3.1.3.1 Das atribuições dos responsáveis técnicos	11
3.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS QUANTO AO APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA	12
3.2.1 Material teórico da capacitação (EaD – educação à distância/teórico).....	12
3.2.2 Plano de Aula (presencial/prática)	12
3.2.3 Capacitação para a formação de Brigadistas Escolares.....	12
3.2.4 Capacitação para a formação de Técnicos Brigadistas dos NREs	21
3.2.5 Comemoração dos 10 anos do Programa	21
3.2.6 Emissão do Certificado de Conformidade	22
3.3 AÇÕES EM ANDAMENTO	24
3.3.1 Coordenação Estadual Pedagógica.....	24
3.3.2 Coordenação Estadual de Edificações.....	25
4 RESULTADOS EM NÚMEROS	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28

1 TÍTULO

Relatório anual do Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola referente ao exercício de 2022.

2 APRESENTAÇÃO

O Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola foi criado pelo Decreto Estadual n. 4.837, de 2012 e institucionalizado pela Lei Estadual n. 18.424, de 2015, regulamentada por meio do Decreto Estadual n. 4.587, de 2016, sendo alterada por meio da Lei n. 20.863, de 2021, a qual expandiu às ações do Programa aos municípios.

É um programa de Estado, da área de segurança escolar, implantado na rede de ensino pública estadual e instituições de ensino da modalidade de educação especial, e em processo de viabilização para a rede de ensino pública municipal.

As ações são articuladas entre a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil – CEDEC; a Secretaria de Estado da Educação – SEED; a Secretaria da Segurança Pública – SESPR, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – CBMPR, e pelo Instituto FUNDEPAR, que é responsável pelas ações de engenharia nas edificações escolares públicas estaduais.

Tem por objetivo disseminar uma cultura prevencionista a partir do ambiente escolar; capacitar servidores com a formação de brigadistas escolares, proporcionando à comunidade escolar as condições mínimas para enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas; promover exercícios simulados de abandono emergencial da edificação escolar, bem como auxiliar na adequação das instalações físicas das instituições escolares ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico – CSCIP do CBMPR.

O Programa Brigadas Escolares possui três eixos basilares:

Figura 1 – Eixos basilares do Programa.



Fonte: Coordenação Estadual do Programa (2012).

Por meio da Coordenação Estadual do Programa, no âmbito dos componentes da Coordenação Estadual Pedagógica (CEDEC/SEED) e Estadual de Edificações (CEDEC/FUNDEPAR), o presente relatório tem por objetivo demonstrar sinteticamente as atividades desenvolvidas no exercício do ano de 2022, bem como informar os dados e resultados obtidos a partir da instrumentalização e aplicabilidade das propostas de trabalho.

3 RELATÓRIO

3.1 DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA QUANTO AOS EIXOS BASILARES

3.1.1 Formação e Capacitação de Brigadistas Escolares

Quanto ao eixo basilar “Formação e Capacitação de Brigadistas Escolares” foi oportunizada a 16ª oferta de capacitação para a Formação de Brigadistas Escolares, que tem como objetivo capacitar os servidores das instituições de ensino, para auxiliarem a comunidade escolar em situações emergenciais nos ambientes escolares, com os conhecimentos necessários de um atendimento básico de emergência, sendo as pessoas mais preparadas para agir em situações de risco na instituição de ensino.

O objetivo primordial desta capacitação é garantir a segurança e proporcionar um ambiente protegido à comunidade escolar, pois ao capacitar esses servidores, busca-se a rápida identificação e resposta a possíveis incidentes, minimizando riscos e prevenindo danos maiores.

A formação de brigadistas escolares reforça o compromisso com a prevenção e a promoção da cultura prevencionista, constituindo uma rede de apoio pronta para agir em qualquer emergência. Ademais, ao proporcionar capacitações e treinamentos, contribui-se para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, tornando-os mais preparados para enfrentar desafios tanto dentro como fora do ambiente escolar.

Esta capacitação é disponibilizada pelo Programa, anualmente, e certificada pela SEED-PR, sendo desenvolvida em duas etapas: teórica, na modalidade à distância – 60 horas, pela plataforma *Moodle*, e prática, na modalidade presencial – 16 horas, ministrada pelo CBMPR, de forma descentralizada nos 32 Núcleos Regionais de Educação – NRE, possibilitando, desta forma, o quantitativo necessário de servidores para compor a Brigada Escolar da instituição de ensino, cumprindo a medida de proteção proposta no Decreto n.

4.587, de 2016, em seu artigo 17.

Um fato a ser destacado no processo de inscrição da 16ª oferta foi a ocorrência de uma inconsistência entre o cadastro do servidor na plataforma de cursos da SEED-PR denominada e-Escola, que exigia o *login* com CPF incluindo os iniciados com zeros, e após esse acesso, o servidor deveria se inscrever no curso da 16ª oferta onde o CPF deveria ser digitado sem o (s) zero (s) iniciais caso tivesse.

Para o ocorrido não houve resolutiva no período de inscrição, por parte da CELEPAR e SEED-PR, ocasionando a impossibilidade de inúmeros servidores de se inscreverem e/ou acessarem, sendo 8.528 servidores inscritos e 4.258 não concluintes, totalizando 4.270 concluintes.

Quadro 1 – Comparativo de servidores certificados como brigadistas escolares nos anos de 2021 e 2022.

RESULTADOS	2021	2022
Servidores certificados como Brigadistas Escolares na 16ª oferta	2.660	4.270

Fonte: SICAPE (2022).

3.1.2 Execução de exercícios simulados de abandono emergencial da edificação escolar

Os exercícios simulados de abandono emergencial da edificação escolar têm o objetivo de preparar a comunidade escolar para uma resposta imediata de evacuação da escola diante de uma emergência, em especial um foco de incêndio.

São planejados em conjunto entre o Diretor Escolar, o Pedagogo e a Brigada Escolar, sendo previstos no Plano Político-Pedagógico e no calendário escolar, e são realizados semestralmente, com, no mínimo, 1 (um) exercício de abandono emergencial de edificação escolar em cada turno de funcionamento, sendo devidamente registrado em ata.

A capacitação dos servidores permite a rápida identificação e resposta a possíveis incidentes e minimiza os riscos na escola, na medida em que adquirem conhecimentos específicos sobre como agir diante de diferentes situações de emergência, incluindo incêndios, vazamentos de gás, entre outros. Ainda, na identificação precoce de potenciais riscos e orientação adequada para a comunidade escolar, permitindo uma pronta resposta a emergência e reduzindo a probabilidade de um incêndio acontecer. Além disso, caso ocorra algum incidente, o treinamento e os conhecimentos adquiridos pelos servidores quanto ao uso

correto de equipamentos de combate a incêndios, também diminui a probabilidade de o incêndio se alastrar, uma vez que a escola dispõe de extintores devidamente distribuídos e com manutenção periódica, bem como a ação imediata, eficiente e segura em caso de necessidade.

As ações protetivas e preventivas reforçam o comprometimento da escola com a segurança da comunidade escolar e são, inclusive, uma exigência para a obtenção do Certificado de Conformidade do Programa, conforme estabelecido no Decreto n. 4.587, de 2016, em seu artigo 17.

A educação, o planejamento e a capacitação são os pilares fundamentais para manter a comunidade escolar seguramente protegida e preparada para enfrentar uma situação de risco, fortalecendo a cultura de prevenção na escola e proporcionando um ambiente propício ao aprendizado e bem-estar de todos os envolvidos.

Quadro 2 – Comparativo dos exercícios simulados de abandono emergencial de edificação escolar entre os anos de 2021 e 2022.

RESULTADOS	2021	2022
Exercícios simulados de abandono emergencial da edificação escolar	5.006	9.960

Fonte: Business Intelligence (2022).

3.1.3 Adequação das instalações físicas das instituições de ensino estaduais ao Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná

Quanto ao eixo basilar “Adequação das instalações físicas das instituições de ensino ao CSCIP do CBMPR”, cabe ao Instituto FUNDEPAR, que é o órgão de Engenharia vinculado à SEED-PR, a responsabilidade pelas ações relacionadas à manutenção da estrutura física das instituições de ensino estaduais.

No Instituto FUNDEPAR, as atividades relacionadas ao terceiro eixo do Programa são atribuídas à uma equipe multidisciplinar, composta por engenheiros e arquitetos da Coordenação de Projetos da Diretoria de Engenharia (COP/DEP/FUN).

Esses profissionais são responsáveis pela elaboração e gerenciamento das documentações obrigatórias prescritas na NPT 01, parte 02 – PTPID e memorial simplificado de prevenção a incêndio e a desastre das instituições de ensino estaduais, atualmente sendo

realizadas por 2 profissionais da área de Engenharia Civil, os quais tramitam as respectivas documentações relativas junto ao CBMPR.

No ano de 2022, foram aprovados 15 PTPIDs, conforme demonstrado Tabela 1. Sendo que 2 deles foram executados, com respectiva obtenção do CLCB do CBMPR.

Tabela 1 – PTPIDs aprovados no ano de 2022.

N.	NRE	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	SITUAÇÃO
1	ÁREA METROP. NORTE	ALMIRANTE TAMANDARÉ	CE PAPA JOÃO PAULO I	EXECUTADO
2	ÁREA METROP. SUL	BALSA NOVA	CE MARIA L. PACHECO	AGUARDA LICITAÇÃO
3	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	CE FRANCISCO BELINOVSKI	INICIAR EM 2023
4	APUCARANA	ARAPONGAS	CE IRONDI MANTOVANI PUGLIESI	EXECUTADO
5	CASCADEL	CASCADEL	UNV CE RIVIERA	EM EXECUÇÃO
6	CORNÉLIO PROCÓPIO	CORNÉLIO PROCÓPIO	CE MONTEIRO LOBATO	AGUARDA LICITAÇÃO
7	DOIS VIZINHOS	DOIS VIZINHOS	CE LEONARDO DA VINCI	EXECUTADO
8	FOZ DO IGUAÇÚ	FOZ DO IGUAÇÚ	5º CPM	AGUARDA LICITAÇÃO
9	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA	CEEP ARLINDO RIBEIRO	AGUARDA LICITAÇÃO
10	IVAIPORÃ	IVAIPORÃ	CE BARÃO DO CERRO AZUL	EM EXECUÇÃO
11	LOANDA	LOANDA	CE GUILHERME DE ALMEIDA	AGUARDA LICITAÇÃO
12	MARINGÁ	ITAMBÉ	CE OLAVO BILAC	AGUARDA LICITAÇÃO
13	MARINGÁ	MARINGÁ	4º CPM	AGUARDA LICITAÇÃO
14	PARANAGUÁ	GUARATUBA	UNV CE ANIBAL KHURY	AGUARDA LICITAÇÃO
15	UMUARAMA	CRUZEIRO DO OESTE	CE ALMIRANTE TAMANDARÉ	EM EXECUÇÃO

Fonte: Coordenação de Projetos do Instituto FUNDEPAR (2022).

Em atendimento ao que trata o art. 2º, inciso III, do Decreto n. 4.587, de 2016, do Programa, acerca da proposição da inclusão de recursos orçamentários para a adequação das instalações físicas das instituições de ensino estaduais ao CSCIP do CBMPR, o Instituto FUNDEPAR apresentou, via protocolo, no segundo semestre de 2021, a relação destas que poderiam sofrer intervenções na edificação durante o ano de 2022.

A previsão de investimentos no valor aproximado de R\$ R\$ 90.435.933,05 (noventa milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e trinta e três reais e cinco centavos) em 21 edificações para o tipo “obras”, e R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) em 22 escolas para o tipo “reparos/MP” (notificadas pelo Ministério Público).

Das 43 instituições de ensino estaduais sinalizadas no protocolo que receberiam obras ou reparos, 18 foram finalizadas, e destas, 14 obtiveram o CLCB, conforme demonstrado na Tabela 2.

Na Tabela 3 constam as 4 instituições de ensino estaduais que foram finalizadas e não obtiveram o CLCB, não sendo informado a motivação pela não obtenção.

Tabela 2 – Instituições de ensino estaduais finalizadas que obtiveram o CLCB.

N.	NRE	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	TIPO
1	APUCARANA	ARAPONGAS	UNV CE ALTO DA BOA VISTA/ CE IRONDI MANTOVANI	OBRA
2	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	CEEP CAMPO LARGO/ CE 1º CENTENÁRIO	OBRA
3	ÁREA METROP. SUL	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	CE DO CAMPO COLÔNIA MALHADA	OBRAS
4	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	CEEJA PROF. DOMINGOS CAVALLI	REPARO/MP
5	CAMPO MOURÃO	CORUMBATAÍ DO SUL	CE CORUMBATAÍ DO SUL	OBRA
6	CASCADEL	CASCADEL	CE IEDA BAGGIO MAYER	REPARO/MP
7	FRANCISCO BELTRÃO	SANTA IZABEL DO OESTE	CE GUILHERME DE ALMEIDA	OBRA
8	LOANDA	DIAMANTE DO NORTE	UNV CEEP DO NOROESTE	OBRA
9	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA	CE PE PEDRO GRZELCZAKI	OBRA
10	TELEMACO BORBA	ORTIGUEIRA	UNV CE INTEGRAL MARIA LOYOLA GUIMARÃES	OBRA
11	PARANAGUÁ	ANTONINA	CE MARIA ARMINDA	REPARO/MP
12	PARANAGUÁ	ANTONINA	CE ROCHA POMBO	REPARO/MP
13	PARANAGUÁ	GUARAQUEÇABA	EE ILHA RASA	REPARO/MP
14	TELEMACO BORBA	CURÍUVA	CE PROF. GABRIEL ROSA	REPARO/MP

Fonte: Coordenação de Projetos do Instituto FUNDEPAR (2022).

Tabela 3 – Instituições de ensino estaduais finalizadas que não obtiveram o CLCB.

N.	NRE	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	TIPO	MOTIVO
1	CURITIBA	CURITIBA	CE DO PARANÁ	OBRA	Pendências
2	IVAIPORÃ	MANOEL RIBAS	CE CACIQUE GREGORIO KAEKCHOT	OBRA	Sem vistoria
3	LARANJEIRAS DO SUL	PORTO BARREIRO	CE GABRIELA MISTRAL	OBRA	Sem vistoria
4	MARINGÁ	MARINGÁ	CE DQ DE CAXIAS	OBRA	Sem vistoria

Fonte: Coordenação de Projetos do Instituto FUNDEPAR (2022).

Ainda, 25 instituições de ensino estaduais se encontram com ações em andamento para a possibilidade de obtenção do CLCB, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Instituições de ensino estaduais não finalizadas com ações em andamento.

N.	NRE	MUNICÍPIO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	TIPO	SITUAÇÃO	
1	APUCARANA	MAUÁ DA SERRA	UNV. CE MAUÁ DA SERRA	OBRA	NÃO INICIADA	INICIAR EM 2023
2	ÁREA METROP. SUL	MANDRITUBA	UNV. EE MIREILLE MARIA F. Z. MACHADO	OBRA	CONTRATO ENCERRADO COM 9,46%	SERÁ RELICITADO - PREV. SET/2023
3	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	CE PROFESSOR ALOÍSIO	REPAROS/MP	EM ANDAMENTO	OBRA EXECUTADA PELO MUNICÍPIO
4	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	CE PE FRANCISCO BELINOVISKI	REPAROS/MP	EM ANDAMENTO	INICIAR EM 2023
5	ÁREA METROP. SUL	BALSA NOVA	CE MARIA LUIZA F. PACHECO	REPAROS/MP	NÃO INICIADA	AGUARDA LICITAÇÃO
6	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	EE LENIRO BITENCOURT	REPAROS/MP	NÃO INICIADA	PREVISÃO CONCLUSÃO DO PROJETO SET/2023
7	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	CE DARLEI ADAD	REPAROS/MP	NÃO INICIADA	IMÓVEL LOCADO, SOLICITADO AO PROPRIETÁRIO O PROJETO E AS ADEQUAÇÕES
8	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	EE JULIO NERONE	REPAROS/MP	NÃO INICIADA	PRÉDIO DUALIDADE PROJETO EM EXECUÇÃO
9	ÁREA METROP. SUL	CAMPO LARGO	EE JOÃO FERREIRA KUSTER	REPAROS	NÃO INICIADA	PRÉDIO DUALIDADE COLÉGIO CESSADO
10	CASCADEL	CASCADEL	CE WILSON JOFFRE	OBRA	CONTRATO ENCERRADO COM 92,37%	CONCLUÍDA NO SISTEMA
11	CASCADEL	CASCADEL	CE JULIA WANDERLEY	REPAROS	EM ANDAMENTO	AGUARDA ADITIVO
12	CIANORTE	TERRA BOA	EE LEO KOHLER	OBRA	CONTRATO ENCERRADO COM 86,47%	CONCLUÍDA NO SISTEMA

13	GUARAPUAVA	GUARAPUAVA	CE FRANCISCO C. MARTINS	OBRA	EM ANDAMENTO	CONCLUSÃO PREVISTA 28/04/23
14	JACAREZINHO	STO ANTONIO DA PLATINA	CE RIO BRANCO	OBRA	EM ANDAMENTO	CONCLUSÃO PREVISTA 28/09/23
15	LONDRINA	IBIPORÃ	CEEP IBIPORÃ	OBRA	CONTRATO ENCERRADO COM 43,65%	SERÁ RELICITADO
16	MARINGÁ	COLORADO	CEEP COLORADO	OBRA	CONTRATO ENCERRADO COM 7,40%	SERÁ RELICITADO
17	MARINGÁ	FLORESTA	EE MONTEIRO LOBATO	REPAROS/MP	NÃO INICIADA	AGUARDA MEMORIAL SIMPLIFICADO
18	MARINGÁ	MARINGÁ	CE BRANCA DA MOTA FERNANDES	REPAROS/MP	NÃO INICIADA	AGUARDA LICITAÇÃO
19	PARANAGUÁ	PARANAGUÁ	CE CIDALIA REBELLO GOMES	OBRA	EM ANDAMENTO	CONCLUSÃO PREVISTA 02/09/23
20	PARANAGUÁ	ANTONINA	CE MOYSES LUPION	REPAROS/MP	NÃO INICIADA	PROJETO EM ANÁLISE CBMPR
21	PARANAGUÁ	PARANAGUÁ	CE ILHA DE SUPERAGUI	REPAROS/MP	NÃO INICIADA	CLCB VENCIDO MEMORIAL SIMPLIFICADO ESTÁ SENDO PROVIDENCIADO PELO DIRETOR
22	PARANAGUÁ	MATINHOS	CE ABIGAIL DOS SANTOS	REPAROS	NÃO INICIADA	AGUARDA UPLOAD DE PLANO
23	PARANAGUÁ	MATINHOS	CE SERTÃOZINHO	REPAROS	NÃO INICIADA	FUNDEPAR ELABORANDO PROJETO
24	PARANAGUÁ	MATINHOS	CE TEREZA DA SILVA RAMOS	REPAROS	NÃO INICIADA	FUNDEPAR ELABORANDO PROJETO
25	PARANAGUÁ	MATINHOS	CE GABRIEL DE LARA	REPAROS	NÃO INICIADA	FUNDEPAR ELABORANDO PROJETO

Fonte: Coordenação de Projetos do Instituto FUNDEPAR (2022).

Com os recursos repassados às instituições de ensino estaduais pelo Programa Fundo Rotativo da SEED/FUNDEPAR foi executado, de maneira imediata e descentralizada, o valor de R\$3.424.269,46 (três milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e seis centavos) em inspeção, recargas e revisões de extintores, e placas de sinalização.

Além de segurança para a comunidade escolar, isso garante que as instituições de ensino possam manter em plena validade as medidas de proteção previstas como exigência para a obtenção do Certificado de Conformidade do Programa, conforme estabelecido no Decreto n. 4.587, de 2016, em seu artigo 17.

3.1.3.1 Das atribuições dos responsáveis técnicos

De forma descentralizada, os NREs possuem um responsável técnico vinculado à DEP/FUN, os quais, dentre outras atribuições, devem elaborar os memoriais simplificados das instituições de ensino estaduais, conforme a NPT n. 001, parte 02, visto que a elaboração dessa documentação é de baixa complexidade, pois não necessita de tramitação no setor de análise do CBMPR.

A elaboração de PTPID, sugerida como média complexidade, e que exige tramitação junto ao CBMPR, também é reconhecida como uma responsabilidade desses profissionais.

No entanto, em ambas situações, de elaboração de memorial simplificado e PTPID, possuem uma gestão variada entre os responsáveis técnicos, observando-se o embasamento principalmente na disponibilidade e competência dos profissionais, ou demandas que possam estar em pauta, e o Instituto FUNDEPAR não possui procedimentos formais de fluxo implementados para que esses profissionais instituem a realização destas atividades.

É relevante destacar que a descentralização destas ações, direcionando a elaboração dos memoriais simplificados e PTPIDS aos responsáveis técnicos dos NREs, apresenta vantagens significativas. Ao priorizar tal atribuição, será possível agilizar os processos de aprovação; redução de custos pela proximidade à instituição de ensino; distribui conhecimentos técnicos mais amplamente e permite que as decisões sejam tomadas com base em uma variedade de perspectivas, e principalmente, a distribuição de responsabilidades, evitando a concentração exclusiva em um pequeno número de profissionais, como ocorre atualmente, onde somente 2 especialistas da DEP/FUN executam esta demanda.

Em 2022, os responsáveis técnicos da DEP/FUN e dos NREs participaram do curso “Sistema de Proteção Contra Incêndio por Hidrantes ou Mangotinhos – Requisitos de Dimensionamento”, nas seguintes datas e modalidades: Turma 01 (DEP/FUN), com 19 participantes – presencial em Curitiba, nos dias 01,02 e 03/12/2022; Turma 02 (DEP/FUN), com 21 participantes – presencial em Curitiba, nos dias 13, 14 e 15/07/2022; Turma 03 (NREs), com 16 participantes – *online* via *Google Meet*, nos dias 06, 07 e 08/12/2022; Turma 04 (NREs), com 20 participantes – *online* via *Google Meet*, nos dias 04, 05 e 06/05/2022.

O curso teve como objetivo capacitar os responsáveis técnicos da DEP/FUN e dos NREs para a elaboração de PTPID com a obrigatoriedade de adoção de sistema de hidrantes. Foram apresentados os seguintes conteúdos programáticos: Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio; Classificação das edificações quanto à ocupação;

Tipos de sistemas; Vazões, pressões e principais características dos sistemas de hidrantes; Determinação do tipo de sistema adequado à cada tipo de ocupação; Composição do sistema de hidrantes (barrilete, colunas de incêndio, canalizações, mangueiras, abrigos, esguichos, bombas, etc.); Reservatórios (detalhes construtivos); Exemplos de dimensionamentos do sistema de proteção contra incêndio por hidrantes (Cálculo hidráulico); Definição dos pontos de pressão para acionamento das moto bombas, e Utilização de planilhas eletrônicas para o dimensionamento de um sistema de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos.

3.2 AÇÕES DESENVOLVIDAS QUANTO AO APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA

3.2.1 Material teórico da capacitação (EaD – educação à distância/teórico)

O material teórico da capacitação EaD foi atualizado visando atender, na integralidade, a NPT n. 017 – Brigada de Incêndio, do CBMPR, a qual foi alterada em agosto de 2021, ficando assim em conformidade com o previsto na Tabela B1 e B3, de conteúdo programático, desta norma.

3.2.2 Plano de Aula (presencial/prática)

Diante da alteração da NPT n. 017 – Brigada de Incêndio, do CBMPR, atualizou-se a carga horária da etapa presencial da capacitação de Formação de Brigadistas Escolares, passando de 9 para 16 horas.

Para tanto, a fim de nivelar as instruções realizadas na capacitação presencial, ministrada pelo CBMPR, elaborou-se um modelo de plano de aula, prevendo os conteúdos descritos na Tabela B1 e B3, da NPT n. 017, com a previsão das 16 horas de atividades práticas, e respectivo *checklist* de participação dos cursistas, bem como demais orientações pertinentes para o desenvolvimento da capacitação.

3.2.3 Capacitação para a formação de Brigadistas Escolares

Com vistas ao planejamento e gestão das capacitações futuras para a formação de Brigadistas Escolares foi aplicado aos Técnicos Brigadistas da Coordenação Regional Pedagógica do Programa, atuantes nos 32 NREs, um formulário *online*, contendo perguntas relacionadas à etapa prática, na modalidade presencial, que foi ministrada por Bombeiros

Militares locais, sendo respondido 1 formulário por turma de cada polo (turma/município de realização).

A partir deste, elaborou-se um relatório com a tabulação de informações, por respostas semelhantes, acerca da avaliação da 16ª oferta da capacitação de Formação de Brigadistas Escolares, que foi realizada entre os meses de agosto a novembro de 2022, em 95 polos (turmas/municípios de realização), totalizando 4.332 cursistas participantes.

Tabela 5 – Média de cursistas participantes por turma/polo.

QUANTIDADE/PARTICIPANTES	QUANTIDADE/POLOS
Até 20 participantes	05 polos
Até 30 participantes	20 polos
Até 40 participantes	27 polos
Até 50 participantes	15 polos
Até 60 participantes	13 polos
Até 70 participantes	06 polos (63, 68, 62, 66, 66, 70 participantes)
Até 80 participantes	02 polos (72, 74 participantes)
Até 90 participantes	01 polo (86 participantes)
Até 100 participantes	01 polo (91 participantes)
Até 200 participantes	05 polos (134, 133, 133, 108, 133 participantes)

Fonte: Coordenação Estadual Pedagógica do Programa (2022).

Formulário aplicado: Sobre a etapa presencial da 16ª oferta de Formação de Brigadistas Escolares, responda 1 (um) formulário por TURMA de cada POLO.

1. A capacitação iniciou no horário agendado entre NRE e CBMPR:

R. 89 polos sim, 6 polos parcialmente.

Comentários:

- “Os Bombeiros demoraram 40 minutos para chegar, pois não tinham viatura para o deslocamento.
- Houve um pequeno atraso no início do curso devido ao deslocamento do Instrutor.

- Os bombeiros chegavam sempre após o horário marcado. ”

2. O Plano de Aula encaminhado pela Coordenação Estadual do Programa Brigadas Escolares foi utilizado pelos instrutores do CBMPR:

R. 89 polos sim, 6 polos parcialmente.

Comentários:

- “A capacitação não seguia conforme plano de aula, foi ministrada conforme organização dos docentes.
- Tivemos troca de docente, na sexta-feira que antecedeu o curso, o profissional que assumiu, era capacitado, mas utilizou parte de material próprio e parte do material atual.
- Os bombeiros não abordaram todos os assuntos do plano e terminaram a capacitação no horário mais cedo.
- A corporação utilizou parte do material encaminhado e parte do material que eles possuem e utilizavam em etapas anteriores, porém, atendeu a todos os requisitos propostos para a etapa.”

3. O conteúdo prático da etapa presencial estava em conformidade ao conteúdo teórico da etapa EaD:

R. 91 polos sim, 4 polos parcialmente.

Comentários:

- “Embora que a prática foi muito válida, nem tudo que estava proposto foi realizado na prática.
- Os cursistas identificaram desatualização na fala dos palestrantes e materiais de apoio.”

4. A carga horária de 16 horas da etapa presencial foi cumprida:

R. 92 polos sim, 3 polos parcialmente.

Comentários:

- “Não foram cumpridas as 16 horas devido ao término antecipado e atrasos da formação.”

5. O exercício simulado do plano de abandono emergencial de edificação escolar foi realizado:

R. 80 polos sim, 10 polos não, 5 parcialmente.

Comentários:

- “Não houve programação para a realização do exercício simulado de abandono.
- No CEEP onde foi realizado a Etapa Presencial, não tem alunos no período da tarde, horário que poderia ser realizado o simulado, entretanto, os Bombeiros Docentes orientaram e sanaram as dúvidas dos cursistas sobre a realização do simulado de abandono.
- Eu solicitei a realização do Simulado de Plano de Abandono, mas os docentes da corporação não quiseram realizar.
- Realizamos toda a parte teórica, porém a prática não aconteceu pois estava ocorrendo uma gincana no colégio.
- Estava ocorrendo jogos no colégio então não foi possível realizar o simulado de abandono, mas toda a parte teórica e todas as outras práticas aconteceram.
- Estava chovendo no dia da prática.
- Os docentes não inseriram na programação do curso.
- Curso não foi ministrado em escola/colégio.
- O Bombeiro Docente deu bastante ênfase na parte teórica sobre simulados de abandono, orientando os cursistas como realizar e, sanando as dúvidas que surgiram.
- Além de muita chuva no dia da realização o que impediu a realização do Exercício Simulado de Abandono, a unidade escolar estava em uma semana de gincana cultural e por bem decidiu-se pela não realização do exercício simulado, porém, foi efetuado uma verificação na unidade escolar e explicado como é a execução do plano naquela unidade escolar e foi efetuado uma discussão sobre melhorias a serem adotadas pela instituição, entre os cursistas.”

6. Foi fornecido o suporte necessário para o desenvolvimento das ações do NRE na realização da etapa prática:

R. 94 polos sim, 1 polo parcialmente.

Comentários:

- “NRE necessitou de parceiros como empresas privadas para garantir extintores, placas, etc...”

7. Indique 03 (três) sugestões de melhoria para a próxima etapa presencial:

R.

- “Que a coordenação da brigada escolar, se comunique com a secretaria municipal da educação e combinem a liberação dos profissionais das escolas municipais para participarem da etapa presencial, foi complicado entenderem sobre a capacitação.
- Bolsa auxílio para os técnicos brigadistas dos NREs que acompanham integralmente as formações presenciais, pois se deslocam aos municípios/polos.
- O NRE precisa ter uma previsão orçamentária, via Fundo Rotativo, para custear os materiais da atividade prática, tais como: recarga de extintores, botijão de gás e combustível, pois a cada formação temos que buscar patrocínios de empresas.
- O NRE precisa ter uma previsão orçamentária para custear a execução dos Polos, assim como: os *coffee breaks* e diárias para os técnicos brigadistas.
- Que no SICAPE seja possível inserirmos um cronograma que permita dias alternados e não sequenciais para realização, quando for de 16 horas Exemplo: curso na terça e na sexta e não como foi determinado, fez na terça o próximo dia será na quarta.
- Centralizar o controle da assiduidade com os técnicos brigadistas do NRE, sem a presença do SICAPE.
- Que seja melhor estabelecido as regras (caso de e-mail não institucional) de quem realmente poderá iniciar o curso EaD (teórico).
- Melhorar a forma de acesso ao curso EaD, pois a dificuldade resultou em um grande número de desistências, principalmente para os professores da rede municipal que não tem o cadastro nos sistemas do Estado).
- Apostilas ou cartilhas para distribuir aos cursistas no dia da etapa presencial.

- Aprimorar a informação no que se refere à participação dos municípios, penso que já será pauta.
- Promover a capacitação EaD e presencial no 1º semestre, antes do recesso e julho.
- Iniciar as inscrições do Curso em abril para dar tempo que a parte prática seja no mês de agosto e setembro.
- Criar uma avaliação no final do curso (*feedback*) para os cursistas.
- Mais material de divulgação e incentivo a formação.
- Capacitação frente a episódios de Transtorno de Ansiedade, situação cotidiana nas escolas.
- Formação de setor específico da Brigada Escolar dentro do GB.
- Falta de apropriação do Programa pelos instrutores diminui a qualidade.
- Formação aos docentes bombeiros e padronização.
- Disponibilidade de mais docentes bombeiros.
- Incentivo a formação de mais instrutores para mais possibilidades de descentralização de polos.
- Relatar ao Corpo de Bombeiros a importância de deixar um funcionário (docente) fixo e específico para ministrar os cursos.
- Capacitação/alinhamento entre os palestrantes sobre o conteúdo; conteúdos práticos a serem adotados padronizados, ou seja, todas as etapas receberem as mesmas práticas.
- O Corpo de Bombeiro sentar antecipadamente com o NRE para alinhamento das funções.
- Os docentes precisam seguir à risca o Plano de Aula e as atividades práticas propostas.
- Contatar e articular as informações e decisões aos bombeiros responsáveis pela formação o mais imediato possível, pelo Comando (Problema ocorrido em nosso NRE, logo no início do agendamento, momento em que o bombeiro local disse não ter recebido informações sobre a formação).
- Atualização dos palestrantes, das falas e materiais de apoio/pedagógico, estavam bem desatualizados.
- Fornecimento de novos materiais, *kits* de capacitação aos bombeiros, pois os utilizados encontram-se sucateados.
- Disponibilidade de cabana de fumaça.

- Equipamentos próprios do bombeiro (bonecos RCP e extintores) para realização da formação.
- Mais quantitativo de equipamentos.
- Combustível para treinamento técnico ficar sob responsabilidade da CORPDEC.
- Maior quantidade de material disponível para as simulações de atendimento à vítima.
- Criar por parte da Defesa Civil bolsa auxílio-alimentação para os instrutores.
- O Corpo de Bombeiros abordar mais a importância do simulado de abandono.
- A realização de simulados.
- Poderia ter um pouco mais de conteúdo explicando a função do brigadista na escola o que ele precisa fazer a partir de agora na escola.”

8. Indique os destaques positivos da etapa presencial:

R.

- “A instrução realizada por bombeiros que conhecem o Programa é muito importante.
- O retorno do exercício de Simulação de Abandono da Edificação com a participação dos cursistas e com alunos.
- Inclusão do exercício de simulado de abandono da edificação no plano de aula.
- A reformulação das atividades práticas na etapa presencial, práticas atualizadas pelos bombeiros.
- O interesse dos mesmos em divulgar para seus colegas e falar da importância do mesmo, e o incentivo para mais pessoas fazerem o curso e repetir depois de algum tempo também.
- A importância do conhecimento sobre segurança no cotidiano de cada um (escolar e pessoal), sobre situações de emergência tanto no âmbito escolar como pessoal.
- Os cursistas puderam colocar em prática os conhecimentos que aprenderam na fase *online*.
- Ter aumentado o tempo da prática (16 horas) foi uma melhoria muito significativa, maior tempo para desenvolver os conteúdos e práticas.
- A carga horária de 16 horas, beneficiou e aumentou a qualidade dos conteúdos propostos.

- As 16 horas de prática, com programa curricular definido, conteúdos programáticos organizados e o *checklist*, contribuíram para a realização de curso com bom aproveitamento.
- Houve maior participação dos cursistas nas atividades práticas, que tudo indica devido a avaliação no *checklist*.
- A obrigatoriedade da execução da atividade prática, por todos.
- Participação muito efetiva no grupo, com questionamentos relacionados ao tema.
- O grande número de participantes, apesar dos problemas de acesso na fase EaD.
- A satisfação dos participantes por estarem recebendo informações que lhe serão úteis no dia a dia de suas vidas.
- Dedicção dos docentes que pela primeira vez realizaram a formação no polo de Irati e Rio Azul e Prudentópolis, promovendo a participação de todos os cursistas nas práticas, retomando o conteúdo dos módulos e esclarecendo as dúvidas dos participantes com muita competência, agradecimentos e satisfação pela formação realizada com muito sucesso.
- Tirar muitas dúvidas do dia a dia com os docentes bombeiros, é uma grande oportunidade de aprendizado.
- A parceria e constante contato com o representante dos Bombeiros nesta fase presencial.
- Excelente o conhecimento dos docentes bombeiros.
- Práticas atualizadas pelos bombeiros.
- Participação integral da corporação, organização, diálogo, atendimento excepcional, prestativos.
- Profissionais bem preparados, pontualidade, cordialidade.
- A experiência e o carisma dos docentes.
- O profissionalismo dos instrutores do Corpo de Bombeiros, conhecimento, segurança e domínio.
- Bombeiro muito dinâmico, isso deixou a aula muito boa e divertida, facilitou muito a prática.
- Participação de outros membros dos bombeiros.
- Instrutores muito capacitados e com um ótimo atendimento.

- O profissional foi bem didático e conseguiu manter a atenção da turma ao mesmo tempo que explicou bem o conteúdo.
- Excelente atuação dos profissionais que ministraram o curso, muita interação.
- Bombeiros dedicados e comprometidos com o curso.
- Agradecimentos e satisfação pela formação realizada com muito sucesso.
- Interação com Corpo de Bombeiros e troca de experiências.
- O contato direto com o instrutor, a prática das atividades, a interação entre os participantes.
- A parceria e constante contato com o representante dos Bombeiros nesta fase presencial.
- Disponibilidade e parceria do Corpo de Bombeiros de Paranaíba na realização da etapa presencial.
- Disponibilidade e conhecimento de causa e fundamentação teórica dos docentes.
- Disponibilidade para responder perguntas e questionamento.
- Comunicação direta com Corpo de Bombeiros.
- Todos os cursistas presentes participaram efetivamente das práticas.
- A colaboração do Capitão QOBM Bruno José Guedes Fidalgo na liberação do 3º Sgt. QPM 2-0 Luiz Carlos Prestes da Silva que com uso da experiência conhecimento e boa vontade fez com que o curso fosse um sucesso.
- O profissionalismo dos instrutores do Corpo de Bombeiros da unidade descentralizada de Capanema com conhecimento, com segurança, e domínio, tinham todos os materiais.
- A alegria da participação dos cursistas e a quebra de paradigmas e medos.
- Cursistas empolgados, principalmente com as aulas práticas.
- Elogios dos participantes em relação ao curso.
- A participação e interação ativa dos cursistas nas atividades práticas.
- Apoio da Secretaria Municipal de Educação com auxílio nos lanches e extintores.
- O apoio direto na organização nos municípios/polos, do espaço físico, lanche, extintores, e acompanhamento durante do curso dos Assistentes de Município.
- O lanche do curso foi contribuição das escolas/Colégios/Secretarias Municipais, parcerias importantes que proporcionaram qualidade.

- No nosso NRE temos uma contribuição positiva com o Corpo de Bombeiros, não tivemos nenhum ponto negativo.”

3.2.4 Capacitação para a formação de Técnicos Brigadistas dos NREs

Nos dias 07 a 09/06, foi realizada a 1ª capacitação de Formação de Técnicos Brigadistas, na qual participaram 64 servidores dos 32 NREs e 40 Engenheiros do Instituto FUNDEPAR, que atuam na Coordenação Regional do Programa descentralizados nos NREs.

A formação foi ministrada pelos integrantes da Coordenação Estadual do Programa, com a participação de um Engenheiro do Instituto FUNDEPAR e um Bombeiro Militar, onde foram abordados os conteúdos acerca das atribuições da Coordenação Regional Pedagógica e de Edificações do Programa; a expansão do Programa à rede pública municipal de ensino; visitas técnicas; fluxos administrativos; normativas de prevenção e combate a incêndios e a desastres do CBMPR, e demais orientações pertinentes.

3.2.5 Comemoração dos 10 anos do Programa

No dia 07 de junho, no Museu Oscar Niemayer, foi realizado o evento em comemoração aos 10 anos de existência do Programa. O destaque do Programa se deve ao fato de ser pioneiro e uma referência no país, alcançando resultados excelentes ao disseminar a cultura prevencionista e promover ações que proporcionam maior e melhor segurança no ambiente escolar, preparando a comunidade escolar para enfrentar situações emergenciais no interior das instituições de ensino e promover ações que possibilitam o abandono seguro das edificações escolares, ainda orienta acerca da regularização junto ao CBMPR.

O evento contou com a presença e discurso do Governador em exercício, Sr. Darci Piana, do Senador Dr. Flávio Arns e de inúmeras outras autoridades, além de demais convidados que fizeram parte e contribuíram para o desenvolvimento próspero do Programa.

Durante o evento, foram entregues certificados de agradecimentos aos homenageados e houve reconhecimento aos NREs pelo mérito de terem atingido a emissão dos Certificados de Conformidade do Programa em 100% das instituições de ensino de respectiva jurisdição.

Um dos momentos marcantes foi a divulgação da expansão do Programa à rede pública de ensino municipal. Os prefeitos e prefeitas dos municípios de Céu Azul, Ibiporã, Pinhais e São José dos Pinhais foram convidados a assinar o protocolo de intenções para aderir ao Programa, o que representa um importante avanço na promoção da segurança nas

instituições de ensino públicas municipais.

Uma ação especialmente significativa foi a distribuição dos coletes da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil aos Técnicos Brigadistas que atuam pelo Programa nos NREs, e que teve o propósito de conferir aos técnicos brigadistas um distintivo de identificação e credibilidade nas ações que realizam pelo Programa, nas instituições de ensino, permitindo que sejam facilmente reconhecidos pela comunidade escolar.

3.2.6 Emissão do Certificado de Conformidade

Constatou-se a evolução na emissão do Certificado de Conformidade, que é o documento oficial do Programa emitido pela Coordenação Geral, e que comprova que a instituição de ensino possui condições básicas de proteção à vida da comunidade escolar, cumprindo integralmente às medidas de proteção propostas no Decreto n. 4.587, de 2016 em seu artigo 17 e incisos:

- [...] I - sinalização de rotas de fuga e saídas de emergência;
- II - sistema de iluminação de emergência;
- III - sistema de proteção por extintores de incêndio;
- IV - Brigada Escolar formada nas modalidades EaD e presencial; e
- V - realização de, no mínimo, um exercício semestral simulado de abandono emergencial de edificação escolar em cada turno, o qual deverá constar no calendário escolar (PARANÁ, 2016).

No ano de 2022 aproximadamente 85% das instituições de ensino estaduais e da modalidade de educação especial, obtiveram o Certificado de Conformidade do Programa.

Quadro 2 – Comparativo de Certificados de Conformidade emitidos nos anos de 2021 e 2022.

RESULTADOS	2021	2022
Certificado de Conformidade emitidos	1.801	2.186

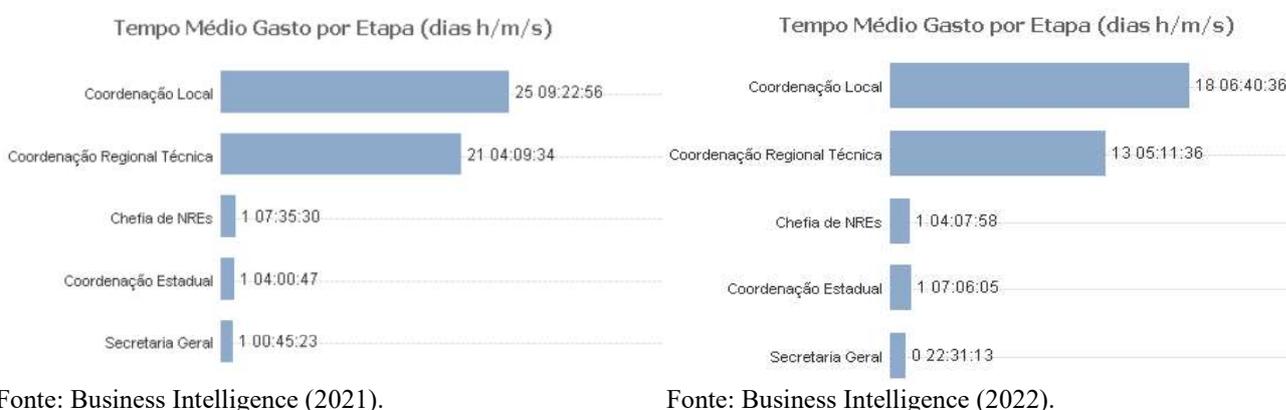
Fonte: Business Intelligence (2022).

Acerca do Certificado de Conformidade, um fator relevante a ser acompanhado é o tempo médio dispensado na tramitação do Atestado de Conformidade, aberto pelo Diretor Escolar – Coordenação Local, até a emissão do Certificado de Conformidade do Programa, realizada pela Coordenação Geral, garantindo a agilidade e transparência nos procedimentos administrativos, ainda na redução de custos e manutenção da qualidade da prestação dos serviços.

Para isso, foi implementada a funcionalidade, no sistema SISBRIGADAS, de abertura antecipada de 30 dias para a solicitação do Atestado de Conformidade, pois anteriormente, o sistema permitia tal solicitação na data exata do vencimento do Certificado de Conformidade.

Esta implementação resultou em uma redução significativa de aproximadamente 30% no tempo necessário para a emissão Certificado de Conformidade, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Análise comparativa do tempo médio de tramitação do Atestado e Certificado de Conformidade do PROGRAMA entre os anos de 2021 e 2022.



A agilidade dos procedimentos administrativos internos que envolvem diversas instâncias para a emissão de documentos que possuem validade devem ser constantemente avaliados, para que as instituições de ensino mantenham a conformidade legal e operacional, evitando qualquer possível prejuízo que possa surgir, além, de garantir que a comunidade permaneça em segurança.

Quanto ao nivelamento da inovação, realizou-se reunião técnica com a Coordenação Regional Pedagógica e os Técnicos Brigadistas dos NREs para a explanação das ações em conjunto com os Gestores Escolares – Coordenação Local, os quais foram orientados quanto a vigência do Certificado de Conformidade e procedimentos a serem executados visando sua manutenção.

3.3 AÇÕES EM ANDAMENTO

3.3.1 Coordenação Estadual Pedagógica

a) Protocolo n. 20.722.157-0 do novo decreto regulamentador da Lei do Programa, 18.424, de 2015, a qual instrumentalizará a execução do Programa no propósito do seu objetivo, ampliando sua estrutura organizacional e técnica, às redes de ensino públicas estadual, municipal e da modalidade de educação especial, descartando qualquer lacuna ou fragilidade apresentada no atual instrumento.

Atualmente o ajuste se encontra em formato de minuta, tramitando entre as administrações envolvidas para que se proceda com a respectiva publicação do decreto regulamentador do Programa prevista para o início do segundo semestre de 2023. Após, iniciará a instrumentalização junto aos municípios interessados em aderirem ao Programa.

b) Protocolo n. 19.507.677-4 de implementação do sistema SISBRIGADAS para a rede de ensino pública municipal e instituições de ensino da modalidade de educação especial.

O SISBRIGADAS é um sistema próprio e exclusivo do Programa, executado por meio de uma plataforma digital de registros. Sua principal função é o gerenciamento e o controle dos processos para a tramitação de informações e documentos para obtenção do Certificado de Conformidade.

Ele acessa os bancos de dados da SEED/PR; possibilita o fornecimento de informações atualizadas e imediatas para tomadas de decisão; planejamento e gestão do Programa, proporcionando transparência nas ações, entre outros acessos aos colaboradores.

Sua implantação está prevista para o início do segundo semestre de 2023, o que dispensará o uso do e-protocolo para a emissão do Certificado de Conformidade do Programa.

c) Protocolo n. 20.340.752-1 de edição do sistema SISBRIGADAS vigente para a implantação de novas funcionalidades.

A execução da edição do sistema está sendo realizada pela CELEPAR, sendo: O estabelecimento de prazos para a abertura e tramitação do processo referente à documentação para a obtenção do Certificado de Conformidade do Programa; o novo modelo de Atestado e Certificado de Conformidade; a ação de retorno do processo entre as chaves dos envolvidos; a

inclusão do perfil do Diretor escolar de instituição de ensino da modalidade de educação especial; a possibilidade de edição de dados cadastrais destas instituições; a inclusão do calendário de exercício simulado de abandono emergencial; a asinalização de extintor v encido; chave para a instituição de ensino atualizar a validade dos extintores.

d) Tomada de decisão e planejamento para a transferência da capacitação de Formação de Brigadistas Escolares (modalidade EaD – suporte técnico e tutoria) da SEED-PR para a plataforma da Escola de Defesa Civil, com o objetivo de agilizar o suporte técnico aos cursistas e edição dos conteúdos, mantendo-se à SEED-PR à certificação e demais atribuições previstas em legislação.

3.3.2 Coordenação Estadual de Edificações

a) Protocolo n. 17.899.023-3 do projeto piloto nos NREs de Loanda e da Área Metropolitana Sul, que tem como principais objetivos identificar as instituições de ensino estaduais e da modalidade de educação especial que necessitam de regularização junto ao CBMPR, e colaborar no processo de estruturação do cronograma de adequações.

Ações foram planejadas e estão sendo desenvolvidas a fim de instrumentalizar metodologias acerca desta regularização, tendo sido identificados desafios nas etapas iniciais, consideradas essenciais para o desdobramento de outras ações.

Diante da constatação de múltiplos cadastros para uma mesma instituição de ensino no sistema PREVFOGO, e que esse cenário se repetia em uma proporção significativa, foi elaborado um guia “passo a passo”, a ser utilizado pelos profissionais envolvidos, para padronizar os registros cadastrais das instituições de ensino no sistema, eliminando as multiplicidades cadastrais.

Estas ações são essenciais para se obter uma visão panorâmica e precisa da situação cadastral das instituições de ensino no sistema PREVFOGO, garantindo a fidedignidade e confiabilidade dos dados, pois atualmente apresenta inconsistências de informações e compromete a integridade dos registros.

Para isso, tem-se planejado que tais atualizações sejam realizadas pela Coordenação Estadual de Edificações do Programa, no âmbito do Instituto FUNDEPAR e Coordenadoria Estadual da Defesa Civil:

- Destaca-se a complexidade de obtenção de comprovação de existência das instituições de ensino, conforme prevê normativa do CBMPR e considerada necessária para as tratativas seguintes, sendo verificada a necessidade de estabelecimento de estratégia para resolução desta demanda em esferas superiores, visto que tal ação depende essencialmente da regularização documental do terreno e da edificação;
- Paralelamente, foram desenvolvidas demais ações com o propósito de estruturar uma metodologia de regularização para instituições de ensino enquadradas no licenciamento simplificado do CBMPR, em consonância com tratativas realizadas com o Instituto FUNDEPAR, em virtude de menor complexidade, pois são instituições de ensino com metragem quadrada menor, sem necessidade de PTPID e medidas preventivas consideradas básicas, sendo, minimamente, iluminação e sinalização de emergência, extintores de incêndio, saídas de emergência e regularização do abrigo/central de GLP. Para isso, foi elaborado um modelo de *checklist* específico para saídas de emergência e Central de GLP, com o apoio do CBMPR, a fim de subsidiar as ações dos responsáveis técnicos dos NREs participantes do projeto piloto.

b) Protocolo n. 17.571.207-0 da normatização interna acerca da atualização da classificação por graus de risco das edificações escolares estaduais mediante validação do CBMPR e Instituto FUNDEPAR, considerando a atualização da NPT n. 001, parte 2, do CBMPR, que está sendo estudada para a respectiva viabilização e utilização nas ações de regularização das instituições de ensino estaduais junto ao CBMPR.

c) Protocolo n. 16.606.866-5 de planejamento e gestão, de forma integrada, acerca da previsão de inclusão no orçamento anual e plurianual, em conformidade com item III do art. 2º do Decreto n. 4.587, de 2016, com vistas a subsidiar as ações de adequação das edificações escolares estaduais às normas do CBMPR.

Estabeleceu-se um cronograma progressivo, contendo as intervenções planejadas e programadas pela SEED/FUNDEPAR para adequações de 43 edificações escolares estaduais às normas do CBMPR, conforme detalhamento no item 3.1.3 do presente relatório, permanecendo o monitoramento até que se finalize o cronograma de regularização da totalidade das edificações escolares estaduais sinalizadas no protocolo.

d) Protocolo n. 17.348.352-0 de instrumentalização de expedientes administrativos e estabelecer fluxo de trabalho, pela SEED/FUNDEPAR, das ações referentes à conduta a ser adotada pelos NREs em virtude do recebimento de notificações oriundas de vistoria ou fiscalização do CBMPR nas instituições de ensino estaduais, sendo iniciada a elaboração de instrumentalização dos fluxos a serem adotados em todas as esferas envolvidas.

e) Protocolo n. 20.340.752-1 de edição do sistema SISBRIGADAS vigente para a implantação de novas funcionalidades.

A execução da edição do sistema está sendo realizada pela CELEPAR, sendo: a inclusão de informações constatadas como necessárias para fins de gerenciamento da situação das instituições de ensino perante o CBMPR (identificação do NIB da instituição de ensino; o campo para anexar comprovante de existência; os pareceres técnicos existentes com o CBMPR; o memorial simplificado; bem como demais informações em consonância com a NPT n. 001, parte 02.

As novas funcionalidades permitirão que o SISBRIGADAS, por meio do preenchimento de informações, efetue a classificação por graus de risco das instituições de ensino; previsão de fluxo para alteração de dados cadastrais, tais como de endereço, de forma que tal alteração no SISBRIGADAS possa ser identificada pela Coordenação Estadual de Edificações do Programa e comparada com as informações no sistema PREVFOGO, visando manter compatíveis a atualização de ambos os sistemas.

f) Canais de comunicação entre a Coordenação Estadual de Edificações, BM/7, B7 e as unidades Bombeiro Militar local: Para melhor viabilidade e celeridade das ações relacionadas às edificações escolares no âmbito do CBMPR foi estabelecido o ponto focal da BM7.

Quanto à aproximação com as unidades Bombeiro Militar local é necessário definir os objetivos, em conjunto com a BM/7, bem como o desenvolvimento de um plano de comunicação e nivelamento de protocolos que detalhem as ações a serem desenvolvidas pelas esferas envolvidas. Neste aspecto, se faz necessário que aqueles que ocupam a função de chefia das unidades B/7 compreendam as ações em desenvolvimento pelo Programa, especialmente sobre regularização das instituições de ensino perante o CBMPR.

4 RESULTADOS EM NÚMEROS

Diante o decorrer da execução Programa, entre os anos de 2012 e 2022, é relevante destacar os números das ações realizadas desde sua criação:

Quadro 3 – Números do Programa entre o período de 2012 a 2022.

AÇÕES REALIZADAS	2012/2022
Servidores certificados como Brigadistas Escolares	72.631
Exercícios simulados de abandono emergencial da edificação escolar	70.980
Certificados de Conformidade emitidos	10.635
Luminárias de emergência adquiridas	33.470
Placas de sinalização de emergência adquiridas	84.430
Extintores adquiridos	27.766

Fonte: Coordenação Estadual do Programa (2022).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar o desempenho do Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola ao longo do ano de 2022, é importante reconhecer tanto as realizações, quanto as áreas que merecem atenção especial.

O Programa continuou a investir na formação e capacitação de servidores para a formação de brigadistas escolares, após um longo período pandêmico, mantendo a promoção da cultura de prevenção nos ambientes escolares, bem como a sua multiplicação para além dos muros da escola. A capacitação dos servidores, vai além de cumprir legislação, é essencial para a segurança da comunidade escolar, e isso é uma conquista significativa quando se amplia a respectiva abrangência.

É relevante mencionar as questões operacionais da capacitação que necessitam de melhorias, como as inconsistências no processo de inscrição para a etapa EaD. Tais dificuldades podem ser solucionadas com aperfeiçoamento nos procedimentos administrativos entre os envolvidos.

Acerca da avaliação da 16ª oferta da capacitação de Formação de Brigadistas Escolares, em face do relatório com a tabulação de informações, por respostas semelhantes, se faz necessário estabelecer estratégias de nivelamento técnico para os instrutores Bombeiros Militares locais e para os Técnicos Brigadistas da Coordenação Regional Pedagógica do Programa, atuantes nos 32 NREs, a fim de padronizar os procedimentos e oferecer ainda mais qualidade de treinamento aos cursistas e evitar inconsistências nas informações repassadas, bem como oportunizar os subsídios necessários aos profissionais envolvidos.

Sobre as adequações das instalações físicas das instituições de ensino, destaca-se as ações em desenvolvimento de correções cadastrais das instituições de ensino no sistema PREVFOGO, coleta e registro correto das informações, bem como a compatibilização de informações entre o sistema SISBRIGADAS e sistema PREVFOGO, entendendo que demais ações em âmbito de planejamento não podem ser plenamente desenvolvidas sem estes ajustes, sendo a eliminação de multiplicidades cadastrais no sistema PREVFOGO obrigatória.

Embora se observe recursos investidos na manutenção das edificações escolares municipais, tem se observado a necessidade de uma atenção focada nos fluxos dos procedimentos. Sendo um desafio que persiste, é importante abordá-lo com estratégias aprimoradas no futuro, para identificar quais melhorias podem ser adotadas para a otimização das providências necessárias.

A instrumentalização dos procedimentos administrativos deve ser prioridade, especialmente aqueles que envolvem os gestores escolares e profissionais dos NREs. A existência de fluxos administrativos previamente existentes que direcionem quais ações devem ser adotadas especialmente nas situações envolvendo as tramitações no CBMPR, tais como os autos de fiscalização gerados, relatórios de vistoria, dentre outras, torna eficiente a gestão dos processos desempenhados pois os esforços e recursos são direcionados de modo eficaz.

Para as ações em desenvolvimento nos projetos pilotos, para os quais foram traçadas “linhas do tempo”, e que embasam as atividades que se encontram em execução, é relevante evidenciar os obstáculos e a complexidade encontrados na fase de “comprovação de existência” das instituições de ensino, conforme prevê normativa do CBMPR, pois não existem bancos de dados precisos atualizados, e/ou centralizados que possam ser consultados, e considerando a expansão das ações do projeto piloto em âmbito estadual, observa-se a

necessidade de se estabelecer estratégia entre as esferas administrativas competentes, visto que tal ação depende essencialmente da regularização documental do terreno e da edificação.

As demais ações sinalizadas no presente relatório continuarão sendo desenvolvidas e constantemente avaliadas para melhoria da qualidade dos serviços ofertados pelo Programa, bem como a implantação de novas metas ao decorrer do exercício de 2023.

Com vistas ao constante aprimoramento do Programa, o compromisso e a transparência são essenciais para manter a integridade dos trabalhos e garantir que as ações desenvolvidas estejam alinhadas com os interesses e as necessidades da comunidade escolar.

“A segurança da comunidade escolar em primeiro lugar.”

